

PROGRAMA DE GOVERNO COLABORATIVO

.....
#SejaAMudança

ELEIÇÕES ESTADUAIS 2018

I. INTRODUÇÃO

II. EIXOS

1. UM PROGRAMA TRANSVERSAL.

2. GOVERNANÇA

3. CONTAS PÚBLICAS

4. FUNCIONALISMO

5. DEMOCRACIA DE ALTO RENDIMENTO

6. SAÚDE

7. EDUCAÇÃO

8. SEGURANÇA PÚBLICA

9. INFRAESTRUTURA

10. ASSISTÊNCIA

11. CULTURA

12. JUVENTUDE

13. HABITAÇÃO

14. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

15. AGRICULTURA E PECUÁRIA

16. CIDADES

17. MEIO AMBIENTE

18. INOVAÇÃO

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Carta aos Sergipanos

Antes de tudo é preciso recusar. É preciso recusar a ideia de que o povo adormece e se torna cúmplice da iniquidade dos homens maus de colarinho branco, nós decidimos acreditar na força dos homens e mulheres do campo e da cidade que gastam suas forças e suor a cada amanhecer de trabalho. É preciso recusar a ideia de que as grandes estruturas estarão sempre sobrepostas ao interesse do conjunto dos pequenos e que a vida nos dará sempre a posição imutável da resignação ao resultado desfavorável, preferimos acreditar na resistência do Cacique Serigy e na esperança do olhar de cada criança mirando o horizonte. Recusamos a premissa do “rouba, mas faz”, nós não aceitaremos as migalhas, acreditamos nos menores no centro do banquete dos direitos.

É preciso recusar a ideia de que os mesmos sobrenomes e seus herdeiros continuem a governar o nosso estado sem olhar a prole dos que padecem nas filas de hospitais, nos ambientes de violência e sem uma escola que plante o futuro, acreditaremos num governo que governe com os governados e todos os Santos e Silvas serão exaltados. Recusamos a prática da compra das consciências que torna cativo aqueles que lutam pela sobrevivência, decidimos acreditar na liberdade como condição primeira de nossa cidadania. Toda nossa posição de recusa às lógicas perversas de um sistema que roubou da população sergipana recursos, tempo e estima é por acreditar na mudança do jogo contra a política-crime e seus habilidosos jogadores. Sairemos de nossa posição de defesa, passaremos a nossa posição de ataque, é chegada a hora de fazer justiça. Faremos a justiça que dá oportunidade a vida. por isso elegemos a saúde, a segurança e a educação como o tripé que garantirá aos sergipanos as condições necessárias para conquistar o lhes é de direito.

Diante de todo o cenário de ruínas em que se encontra nosso estado, nossas cidades e nosso país, queremos fazer um chamado, queremos mais olhos bravos e corajosos que mirem a esperança por traz dos destroços e que consigam enxergar um lugar onde o desamparo, o medo e a inércia farão parte do passado e que o Sergipe do futuro será um lugar de justiça, paz e oportunidades para todos.

Dr. Emerson Ferreira Costa



INTRODUÇÃO

Há quase duzentos anos o povo sergipano vem lutando pela sua real emancipação. Em verdade, a todo tempo buscamos um oitavo de julho de fato, e a abertura democrática na década de oitenta foi um marco para a renovação da esperança da população. Mas, infelizmente os governos que se sucederam através das três últimas décadas não contemplaram o anseio popular, nem conseguiram resolver os problemas históricos da sociedade sergipana e por diversas vezes aprofundaram-nos, piorando a vida dos sergipanos. Por isso, aqueles que são corresponsáveis pelo caos que caracteriza nosso estado não possuem a capacidade para resolvê-lo.

Por meio deste programa, oferecemos à população não apenas o nome de Dr. Emerson e Américo de Deus como aqueles que acabar com o caos e o atraso de Sergipe, mas, apresentamos um consistente programa com o potencial de resolver os problemas de nossa população em suas causas. O programa da REDE para Sergipe é, em síntese, a negação do gestor incompetente e sem planejamento e que sempre toma decisões com base nos interesses eleitoreiros para perpetuação de seu grupo no poder.

Para romper com o modelo atrasado de administração pública que tem arcado historicamente os governos estaduais, é necessário que as pessoas que estejam a frente da gestão tenham mais do que o discurso polido pelo *marketing*, mas que tenham uma trajetória política mantida pela coerência entre discurso e prática e capacidade para executar o que se promete. Além disso, um programa que se propõe ser uma alternativa ao atraso vigente do estado não pode reproduzir a lógica de construção de programas elaborados em gabinetes de especialistas distantes da população e marqueteiros contratados. Também, um programa de governo decente, que o povo sergipano merece, deve propor realizar ações que podem ser concretizadas e não prometer o impossível, enganando a população e frustrando seus anseios mais nobres por progresso, desenvolvimento, liberdade e justiça.

O programa da REDE Sustentabilidade é uma construção que nasce a partir dos núcleos vivos da sociedade. É no processo de escuta das falas da própria sociedade que um programa de mudança se estrutura, em articulação com os dados que provam o sentimento da população, e oferece as condições necessárias à elaboração das políticas públicas resolutivas. Este programa é, desde sua origem, um exemplo do protagonismo do povo sergipano, pois, por meio do Fórum Sergipe em REDE foram realizadas diversas plenárias temáticas, com a intensa participação dos diversos setores da sociedade civil, e



foram percorridos diversos municípios de nosso interior, na busca de ouvir as pessoas e entender suas necessidades. Os Fóruns se constituíram espaços de construção popular e este programa é uma consolidação das discussões realizadas.

O principal objetivo deste programa é devolver o estado de Sergipe aos sergipanos e garantir sua emancipação da filosofia clientelista, fisiologista e patrimonialista de gestão pública devolvendo o protagonismo político aos cidadãos e, por meio de uma gestão técnica e comprometida com a eficiência, dar solução aos problemas de nosso povo. Os dezoito eixos que se sucedem traçam desde um panorama sobre a situação de cada tema até a estratégias de governo para o alcance dos objetivos estipulados, são eles: Um programa transversal, Governança, Contas Públicas, Funcionalismo, Democracia de alto rendimento, Saúde, Educação, Segurança Pública, Infraestrutura, Assistência, Cultura, Juventude, Habitação, Desenvolvimento Econômico, Agropecuária, Cidades, Meio Ambiente e Inovação

Compreendemos que este é o real programa de mudança para o nosso estado e Dr. Emerson é o nome certo para transformar o sonho do povo sergipano em realidade.

EIXOS

1. UM PROGRAMA TRANSVERSAL

Não há tempo a perder quando se fala em administração pública, não só pela máxima “tempo é dinheiro”, mas também porque estamos falando de um setor que historicamente vem sendo tratado como patrimônio particular dos políticos e seus partidos. Para romper com as tradições perversas da velha política instalada no setor público é necessário tratar a coisa pública em uma dimensão gerencial e de visão de longo prazo, ou seja, e necessário que a visão da gestão pública deve ser única na direção da solução dos problemas de forma efetiva, quem garante essa visão é a transversalidade que conduzirá a gestão durante os próximos quatro anos.

A REDE sustentabilidade propõe com visão transversal da gestão pública a sustentabilidade em seu sentido mais amplo. Todos aqueles que se colocarão a disposição da sociedade para gerir o estado terá invariavelmente um desafio de harmonizar justiça social, desenvolvimento econômico e as necessidades de reforma do aparato burocrático estatal com vistas a garantir a eficiência na oferta de serviços. A sustentabilidade está relacionada a tomada de decisões considerando todas as implicações do presente para o futuro. Sustentabilidade é pensar a longo e fazer mais com menos. Pra garantir que a gestão seja sustentável e alcance seu objetivos é imperativo nos aprofundarmos nas abordagens dessa transversalidade apontando os caminhos em que consolidamos a visão sustentável no governo e esses caminhos são: a intersectorialidade, a transparência/democracia e a inovação.

- Intersetorialidade deve ser entendida como a articulação de saberes experiências no planejamento, na realização e na avaliação de ações de governo, com o objetivo alcançar resultados integrados em situações complexas, agindo na estrutura e nas causas dos principais desafios da administração.
- A Inovação assume uma dimensão bastante ampla dentro da gestão pública, pois corresponde ao funcionamento efetivo em um ambiente marcado historicamente por reduzida funcionalidade. Será em síntese a introdução intencional de ideias,



processos, produtos ou procedimentos novos que visa gerar benefícios tanto para o gestor e seus colaboradores quanto para a sociedade alvo do serviço ofertado.

- A transparência e a democracia participativa não se trata apenas de fiscalizar e avaliar a administração, mas também de participar das decisões e monitorar sua implementação, estimular o exercício da cidadania ativa e disseminar informações, a fim de reduzir a assimetria existente em relação a representantes eleitos, servidores e contribuintes.

Será a partir desse tripé que a sustentabilidade se firmará como visão estratégica na gestão pública do governo do estado pelos próximos quatro anos. A Sustentabilidade sairá do universo da subjetividade do conceito ambiental para a prática de gestão e interferirá positivamente na vida da população sergipana.

2. GOVERNANÇA

A população sergipana tem sofrido duramente os reflexos do agravamento dos problemas políticos e econômicos. A crise de credibilidade porque passam os entes públicos em geral e a frequente demonstração de desinteresse e baixa participação da sociedade na discussão de suas questões prementes demonstra claramente a necessidade de mudarmos o paradigma da forma como a sociedade participa da vida de sua cidade, de seu estado e de seu país.

Para atingir o desejável e necessário desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável, no sentido amplo de seu significado, cada cidadão precisa fazer uma escolha importante: ser co-partícipe e indutor do processo ou ser indevidamente conduzido por ele. Mas para tanto, antes de tudo, é necessário que seja dada a ele esta possibilidade.

Nosso estado precisa de uma administração pública eficiente e que se estabeleça utilizando as boas práticas de governança nas organizações públicas: transparência, integridade e prestação de contas.

A REDE SUSTENTABILIDADE não por acaso começa a apresentação de seu PROGRAMA DE GOVERNO estabelecendo o compromisso de instituir ESTE SISTEMA DE GOVERNANÇA como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para AVALIAR, DIRECIONAR E MONITORAR a gestão, com vistas à



condução de políticas públicas

e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Este sistema cria um equilíbrio de poder entre os envolvidos — cidadãos, representantes eleitos (deputados e governador), gestores e colaboradores — permitindo que o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos políticos. Nosso programa tem uma missão de propiciar um ambiente em que os sistemas políticos e administrativos possam agir efetiva e decisiva para resolver problemas públicos, é preciso devolver Sergipe para os sergipanos.

OBJETIVOS GERAIS

- Dar amplo conhecimento à população sergipana sobre as potencialidades e fragilidades do nosso estado e estabelecer planejamentos estratégicos considerando tais características;
- Fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Tornar públicas, transparentes e abertas todas as informações da administração estadual, os indicadores da cidade e os dados orçamentários, de modo que a linguagem aproxime qualquer cidadão às informações ali contidas;
- Desenvolver uma perspectiva comum e de longo prazo para o estado;
- Fomentar a capacidade de participação e de ação para o desenvolvimento sustentável;
- Convocar todos os setores da sociedade civil sergipana para a participação efetiva – em conselhos conferências, audiências públicas, plebiscito e referendo, entre outros – nos processos de decisão, monitoramento e avaliação;
- Promover a cooperação e parceria entre os demais entes da federação para a solução das demandas estruturais que apresentam maior complexidade;
- Promover e estabelecer uma política de cooperação permanente com a academia;

QUAIS OS CAMINHOS?

- Criação um banco de dados para o Estado de Sergipe.
- Implementação instrumentos de transparência.
- Despolitização e despartidarização das tomadas de decisão e execução das políticas públicas e no processo de definição de agendas.
 - Mudança na política de cargos comissionados, nomeação mediante avaliação técnica e busca pela diminuição dessa modalidade de contratação.
 - Fazer da Gestão Pública Política Pública.
 - Promoção da articulação com os movimentos sociais, sem utilizar-se de seu aparelhamento, mas mantendo uma relação republicana de cooperação.
 - Reestruturação e consolidação as instâncias de participação popular.
 - Fusão das Secretarias de Cultura, Juventude, Esporte e Lazer,
 - Fusão das Secretarias de Segurança Pública e Justiça.
 - Fusão da Secretaria de Comunicação com a Secretaria de Governo.
 - Aprimorar continuamente o planejamento de governo – Orçamento executado e decidido de forma colaborativa.

3. CONTAS PÚBLICAS

As receitas do estado de Sergipe tem atravessado por um dos momentos mais críticos da sua história recente em função da recessão pela qual passa o país desde 2014 e da qual o estado é um dos mais afetados. Historicamente, Sergipe é altamente dependente das transferências do governo federal, especialmente do Fundo de Participação dos Estados, fazendo com que seja fundamental incrementar as receitas próprias para redução da dependência de repasses. Além disso, o estouro das despesas associada à crise tem gerado uma enorme pressão sobre a necessidade de aumentar a base de arrecadação de Sergipe. Porém, o recurso utilizado foi o mais vil e perverso possível: aumento de alíquota. Governos sem competência e zelo com os recursos públicos são pródigos em jogar no colo do contribuinte, cidadão, trabalhador, empresário, consumidor, a conta de seus gastos e que se viu em Sergipe não foi diferente. Em 2015 foi aprovado aumento da alíquota do ICMS para diversos produtos o que de fato resultou em aumento de receita



corrente para o estado, porém, as custas de bens de consumo, itens alimentícios e combustíveis mais caros.

Por outro lado, as despesas totais do governo aumentaram em torno de 130% desde 2013, tornando a situação insustentável e levando o estado a adiantar receitas preciosas e estratégicas como royalties, assim como a buscar financiamento de seus gastos, e dos parques investimentos que tem realizado, junto ao governo federal, comprometendo sua capacidade de endividamento. Os gastos com a previdência estadual indicam que o modelo vigente precisa ser redesenhado com o risco de no curto prazo haver colapso nas contas públicas. Os gastos com investimento nos serviços básicos à população devem ser retomados e direcionados à oferta de melhores serviços com melhor relação custo-benefício possível.

OBJETIVO GERAL

Sanear as contas do estado, tornando-o superavitário, mediante o uso de boas práticas de gestão consagradas nacional e internacionalmente, com transparência e eficiência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar a base de receita, sem onerar a população via aumento dos tributos que incidem sobre a atividade econômica.
- Definir uma nova política de incentivo fiscal que não permita ao estado abrir mão de receita irrefletidamente sem robusta análise de viabilidade econômica.
- Combater a sonegação fiscal.
- Ampliar a participação das receitas próprias sobre o total de receitas.
- Auditar os contratos vigentes com o estado (Programa Pente Fino – fornecedores, prestadores de serviço e alugueis de imóveis)
- Redesenhar o atual modelo da previdência estadual para que seja inteiramente sustentável no longo prazo.
- Redesenhar o atual modelo tributário para seja mais progressivo, justo e crie um ambiente favorável ao desenvolvimento

COMO FAZER...?

- Promoção do desenvolvimento econômico como principal estratégia para aumento da receita.

- Criação de mecanismos eficientes de arrecadação.
- Reabertura dos postos fiscais de fronteira, como medida de combate a sonegação fiscal e aumento de arrecadação.
- Diferenciação entre o órgão ordenador de despesas e órgão arrecadador.
- Redesenhar a tributação estadual para torná-la mais progressiva, justa e que crie ambiente favorável aos negócios e facilite arrecadação.
- Redesenhar o atual modelo da previdência estadual para que seja inteiramente sustentável no longo prazo. De forma colaborativa com os diversos setores da sociedade.
- Criação da contribuição de comissionados de forma progressiva para o Regime Próprio de Previdência do Estado.
- Fim das aposentadorias de Deputado Estadual e Governador, além do fim dos demais privilégios da classe política, privilégios esses que oneram o estado e não geram retorno.

4. FUNCIONALISMO

Nos últimos anos o funcionalismo sergipano atravessou situações com que jamais havia convivido, como os atrasos sucessivos, parcelamentos dos salários dos ativos e inativos e a falta de diálogo e o desrespeito por parte daqueles que deveriam se portar como parceiro igual, pois aqueles que são eleitos para governar são na realidade servidores públicos temporários, ainda que queiram se perpetuar nas estruturas do estado se valendo da política e não do merecimento.

Aposentados e pensionistas que recebiam sempre dentro do mês vigente chegaram a receber por último, depois que todos os servidores da administração fossem contemplados, uma verdadeira falta de bom senso com os velhinhos que, por anos, deram suas contribuições ao Estado, o grupo de maior vulnerabilidade é quem mais é massacrado. Essa é a lógica do atual governo e de muitos que o sucederam, massacrar aqueles que já não possuem as capacidades necessárias para a mobilização em torno da defesa de seus direitos.

Por isso é necessário por fim a covardia de uma gestão pública sem compromisso com aqueles que estão na ponta sentindo na pele os prazeres e os dissabores do serviço público.



OBJETIVO GERAL

Promover uma nova relação com o funcionalismo público. Rompendo as barreiras das disputas e ampliando as ações de cooperação com o objetivos de garantir o direito de todos, servidores e demais contribuintes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aproximar a gestão dos servidores públicos de modo que as saídas para os principais empregos entre as categorias e o governo do estado sejam pactuadas entre as partes.

COMO FAZER...?

- Criação de uma mesa permanente de cooperação e negociação para o atendimento das demandas das categorias.
- Ampliação dos mecanismos de participação dos servidores na elaboração e deliberação a respeito das políticas pública de estado.
- Mudança na política de contratação de comissionados para áreas estratégicas e que demandam especificidade técnica, como os cargos relacionados ao SUS, à Educação, à Segurança Pública e ao Meio Ambiente.
- Estruturar a carreira das classes do serviço público de modo que a carreira seja atrativa e este servidor esteja sempre motivado e comprometido com o serviço público.
- Mudança do caráter de seleção dos servidores públicos, na direção de uma seleção que não avalie apenas o conhecimento, mas também as competências e habilidades necessárias para desempenho da função.
- Estabelecer um diálogo permanente e transparente com as categorias.
- Garantir o direito dos servidores sem comprometer a sustentabilidade financeira do estado.
- Pactuar com os servidores as soluções para a problema do déficit do Regime Próprio de Previdência Social do Estado.

5. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Quando falamos em democracia logo vêm diversos conceitos ligados ao direito de votar, o direito de ir e vir, de escolher os nossos governantes, enfim, são os mais variados conceitos que deixam uma ambiguidade em relação ao seu real significado. Atualmente vivemos em um modelo de democracia representativa, onde a sociedade delega a um representante o direito de representá-lo, e de tomar as decisões que melhor favoreça os interesses de toda a população, mas em nosso país, segundo pesquisa do instituto *Ipsos*, apenas 6% dos eleitores se sentem representados pelos políticos em quem já votaram. Esse abismo no sentimento de representação é de inteira responsabilidade da classe política que de forma consciente excluiu a participação popular da gestão pública e dos mandatos proporcionais.

É necessário, portanto uma mudança nas relações entre a população e os políticos e isso se dá pelo aumento dos mecanismos de democracia, que farão a transição de uma democracia representativa, para uma democracia participativa ou de alto rendimento. A democracia participativa é uma forma de democracia em que há exercício de poder direto do povo, em que há participação inclusive na tomada de decisões políticas, colocando em prática os preceitos constitucionais da própria definição de democracia: “todo poder emana do povo”. O principal objetivo é proporcionar a oportunidade de participação às pessoas, criando canais de discussão, que fomentem o pensar sobre questões políticas, intrinsecamente ligadas ao exercício da cidadania. A democracia participativa ou de alto rendimento é uma maneira de construir um modelo de gestão que valorize o princípio máximo da democracia, do poder soberano do povo, ao colocá-lo como protagonista da governabilidade.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar a oportunidade de participação às pessoas, construindo um modelo de gestão em que a sociedade seja participe no debate e na tomada de decisões a respeito dos rumos do estado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Diminuir a distância entre a classe política e a sociedade.
- Promover uma gestão participativa e sensível as demandas da população em tempo real.
- Fortalecer os mecanismos de transparência.

COMO FAZER...?

- Regionalização dos órgãos do estado.
- Orçamento Participativo e Deliberativo.
- Fortalecimento dos conselhos representativos e mudança em sua composição na busca de sua paridade.
- Construção de uma educação para a ética e cidadania.
- Inovação na gestão pública (Picht Gov)
- Criação de mecanismos de consultas digitais
- Formação de parcerias com o terceiro setor para elaboração e execução das políticas públicas.
- Editais para contratação de start-up's que trabalhem na resolução de dos problemas da administração pública e articulem a participação popular e a gestão pública.
- Defesa do recall na administração através de avaliação permanente da execução das políticas públicas.
- Criar mecanismos que facilitem a proposição das leis de iniciativa popular e veto popular.

6. SAÚDE

O Brasil vive uma situação de transição demográfica acelerada, com tendência à estabilização do crescimento populacional e aumento do envelhecimento. Nossa população de idosos tende a duplicar nos próximos vinte anos, representando a possibilidade de progressão na prevalência das doenças crônicas. Do ponto de vista da



perspectiva de redução dos anos de vida da nossa população, observamos uma tripla carga de doenças, com predomínio das doenças crônico-degenerativas, seguidas pelas doenças infecto-contagiosas e, por fim, pelas doenças de causas externas.

Administramos a incoerência entre uma situação de saúde que combina transição demográfica acelerada e tripla carga de doença, com forte predominância de condições crônicas, e um sistema fragmentado de saúde que opera de forma episódica e reativa, que é voltado principalmente para a atenção às condições agudas e às agudizações de condições crônicas (Mendes, 2011).

O atendimento à saúde é a primeira das queixas e das aspirações dos brasileiros. O atendimento médico-hospitalar não satisfaz, e o trabalho de controle de doenças e de redução de indicadores de mortalidade do SUS não é notado quando exitoso, apenas quando falha. A percepção do cidadão sobre o sistema público de saúde é pautada pela visão de uma medicina de alta tecnologia e de caráter hospitalar – à qual ele, efetivamente, tem dificuldade de acesso.

O modelo de atenção à saúde em nosso país e, conseqüentemente, no estado de Sergipe e em nossa capital, precisa ser adequado a essa realidade demográfica e epidemiológica. A estratégia do Programa de Saúde da Família (PSF) tem se mostrado mais efetiva do que o modelo tradicional de atenção primária à saúde.

Portanto, este Programa deve ser universalizado e constituir a porta de entrada para os serviços de saúde, exceto pelas emergências médicas. Transformar esse preceito em prática, no entanto, requer enorme esforço de organização dos atendimentos, inclusive para articular serviços de diferentes níveis de complexidade.

O PSF reduziu a mortalidade infantil, teve impacto positivo na morbidade, promoveu melhoria do acesso e da utilização dos cuidados primários, melhorou a equidade nos cuidados primários, determinou impacto nos setores de educação, demografia e trabalho, contribuiu para o renascimento do interesse internacional pela Atenção Primária à Saúde (APS). Mas apesar dos seus bons resultados, o Programa se esgota pela permanência de problemas estruturais não solucionados (Macinko, 2010; Mendes, 2012).

A estratégia do PSF apresenta diversos problemas, que podem levar ao esgotamento do ciclo da Atenção Básica: a questão ideológica, a baixa valorização política e social, a fragilidade institucional, a carência de infra-estrutura adequada, a baixa densidade tecnológica, a fragilidade do sistema de apoio diagnóstico, a carência de equipes multiprofissionais, a fragilidade dos sistemas de informação clínica, a baixa



profissionalização da gestão, os problemas educacionais, as deficiências nas relações de trabalho, a inadequação dos modelos de atenção à saúde, a fragilização do controle social e o subfinanciamento (Mendes, 2012).

Como saídas para o esgotamento do ciclo da atenção básica são propostas a superação definitiva da APS seletiva e da visão de nível de atenção, como estratégia de reordenamento do SUS; a atuação sistêmica sobre o conjunto dos problemas estruturais que persistem no Programa de Saúde da Família, pois problemas complexos exigem soluções complexas e sistêmicas (Mendes, 2012).

O cenário se torna ainda mais complexo quando se tem em vista que cresce o número de atendimentos a transtornos mentais e comportamentais providos pelo SUS e observa-se o recrudescimento da drogadição no país, requerendo, por sua vez, novas formas de tratar e acolher as pessoas em sofrimento e assegurar uma rede de atenção às pessoas que estão expostas à violência e em situação de exclusão.

Precisamos iniciar o ciclo da Atenção Primária à Saúde.

E para tanto entendemos ser necessária uma gestão compartilhada entre os trabalhadores dos serviços de saúde, usuários e lideranças locais, docentes e estudantes de graduação e pós-graduação. É com esta potente articulação de saberes e atitudes que buscaremos construir, refletir, avaliar e ressignificar coletivamente as políticas locais de saúde.

OBJETIVO GERAL

Fortalecimento da atenção primária com equipes de saúde da família.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Diminuição da mortalidade;
- Redução do fluxo de pessoas usuárias para os serviços secundários e para os serviços de urgência e emergência;
- Redução dos custos da atenção à saúde;
- Redução das internações por condições acessíveis à atenção ambulatorial e das complicações potencialmente evitáveis da atenção à saúde;
- Fortalecer políticas de saúde voltadas para grupos de pessoas com transtornos mentais de alta prevalência e baixa cobertura assistencial,



- Maior acesso a serviços

preventivos;

- Melhoria da equidade;
- Investir em tecnologia da informação e comunicação.
- Promover gerenciamento profissional e em tempo integral.

COMO FAZER...?

- Reestruturação da rede – reforma/implantação de equipamentos; construção/reforma de poucas unidades e de um programa de manutenção;
- Gestão informatizada via aplicativos/ internet/ totem do cidadão nos terminais e espaços públicos de maior centralidade;
- Facilitar as relações de vínculo e corresponsabilidade entre gestores do SUS, equipes do PSF e famílias, para agregar os valores do acolhimento, da autonomia, da transparência, da integração e da participação na gestão do sistema de saúde;
- Ampliar, mediante possibilidades orçamentárias, a composição das especialidades que constituem as equipes multiprofissionais da estratégia de saúde da família;
- Estabelecer uma política de desenvolvimento de recursos humanos para o SUS;
- Valorizar o profissional de saúde regulando as relações de trabalho e abrindo espaço para seu protagonismo na modificação do atual modelo de atenção à saúde;
- Buscar meios para implementar uma política de remuneração baseada na estabilidade, meritocracia e produtividade;
- Apoiar com mecanismos de incentivos técnicos e financeiros as escolas de formação na área de saúde que priorizarem em seus currículos a formação de profissionais adequados à atenção básica e à saúde da família;
- Estruturar com as universidades um programa de médio e longo prazos de formação de médicos comunitários e médicos de família, especializados em atenção básica;
- Fortalecer os mecanismos de regulação e monitoramento do mercado de insumos e de produtos estratégicos;
- Criação de ambulatórios especializado com equipe multidisciplinar para ao atendimento de renais crônicos.
- Otimização da realização da hemodiálise nas unidades especializadas de modo a reduzir a morbidade e mortalidade desses pacientes.



- Aprimorar os mecanismos de revisão da lista de medicamentos a fim de padronizar tecnologias com evidências comprovadas de segurança, eficácia e custo/efetividade para o sistema de saúde brasileiro;
- Aumentar os investimentos na Atenção Básica;
- Estabelecer instrumentos de apoio à gestão para monitorar e avaliar os resultados alcançados pelos recursos humanos;
- Fortalecer as áreas da Atenção Básica de Saúde (ABS) e da Estratégia de Saúde da Família (ESF), sem interferência político-partidária;
- Apoiar a Central de Regulação, garantindo o acesso dos cidadãos, de forma mais rápida e humanizada, à rede hierarquizada de atenção integral à saúde;
- Acordar com o Poder Judiciário e com o Ministério Público parâmetros para o acolhimento de demandas individuais de procedimentos e de medicamentos de alto custo;
- Criar mecanismo de definição de preços para a tabela de remuneração de procedimentos levando em considerando o perfil epidemiológico da população, os aspectos regionais e a transição demográfica do país;
- Implementação do Programa Luz da Vida: gestão do cuidado no pré-natal; gestão do cuidado no parto e puerpério; gestão do cuidado no puerpério e período neonatal; e gestão do cuidado nos dois primeiros anos de vida, exercida por equipe multiprofissional;
- Promover a reabilitação e a reinserção das pessoas com transtorno mental e drogadictas, por meio do acesso a trabalho, renda e moradia solidária;
- Estabelecer um programa de alimentação saudável inserindo profissionais de nutrição nas equipes de apoio do Programa de Saúde da Família e nas Unidades Básicas de Saúde;
- Oficinas com famílias para discussão da diversidade de gênero e sexual, oferta de alimentação balanceada, atendimento clínico, pedagógico e domiciliar para crianças e adolescentes em risco social, em situações de violência doméstica ou expostas ao trabalho infantil;
- Campanhas de ações nos espaços públicos – Sementeira e outros (áreas de APPs e terrenos públicos) atividades físicas, horta e farmácia orgânica;
- Sementeira como localidade fundamental de políticas integrativas de saúde com produção de mudas de fitoterápicos e orgânicos além de cursos e eventos;



- Práticas com concepção holística por meio do estímulo à valorização do senso de pertencimento e raízes culturais, além do enfoque no coletivo e resgate de valores comunitários;
- Ampliar e qualificar a Estratégia Saúde da Família como coordenadora do cuidado e ordenadora da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), tornando viável a efetivação de ações que envolvam acolhimento e corresponsabilidade no ato do cuidar, articulando as políticas de saúde, de assistência social, de educação e de segurança pública, a fim de desenvolver ações integradas de atenção aos usuários de drogas;
- Promoção da produção de alimentos saudáveis, através de hortas comunitárias, de hortas nos quintais, hortas escolares;
- Ações de prevenção da violência e promoção da cultura de paz e de atuação sobre os determinantes sociais e práticas de incentivos à diminuição do uso de tabaco, álcool, drogas;
- Oficinas de integração da família com a escola desenvolvidas em atividades mensais nos Centros de Referência da Assistência Social para beneficiários dos Programas Bolsa Família e Família-Escola, integradas pela Guarda Municipal como amiga da cidade;
- Atuação de grupos constituídos por trinta mulheres, moradoras de regiões vulneráveis, que identificam situações de risco e intervêm junto aos indivíduos e comunidades, reduzindo situações de violência, com público prioritário de adolescentes e jovens;
- Implementação do Projeto Casa Acolhedora: uma proposta de cuidado interprofissional às crianças de mães usuárias de drogas. Suas ações buscam o empoderamento da mãe a partir da economia solidária e de ações de promoção do autocuidado, como também, o acompanhamento do desenvolvimento das crianças integrantes do projeto.

7. EDUCAÇÃO

Sergipe vive uma triste realidade na área da educação e essa triste realidade tem penalizado uma geração e comprometido o nosso futuro. A incompetências dos governantes nas últimas décadas levou o nosso estado ao protagonismo dos piores índices educacionais, além disso, a população tem sentido cotidianamente a insensibilidade com o futuro de nossas crianças e jovens.



No IDEB Sergipe registrou índice de 4.6 na categoria 4º/5º ano, superando a meta de 4.4; mas ainda assim, tem o terceiro pior índice do país, a frente apenas do Pará e Amapá, nas demais categorias nosso estado não alcançou suas metas, mas nossas notas vermelhas não para por aí. A penas 5,4% dos alunos que finalizam o Ensino Médio em nossas escolas públicas alcançam a nota mínima em Matemática na escala do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) em Português apenas 23% alcançam o desempenho mínimo em Português. Esses indicadores mostram o quanto estamos atrasados no avanço da qualidade da educação ofertada pelo nosso sistema estadual de educação.

Ainda que a universalização não pareça ser um grande problema em uma análise dos últimos dez anos a frequência dos alunos matriculados tem caído, principalmente no que se refere a educação infantil que passou de 65,9% para 56,9 em 2015, segundo dados do IBGE. Nossas taxas de conclusão também figuram entre as piores do país, menos de 50% dos jovens matriculados até os 19 anos conseguem concluir o ensino médio, o problema é ainda maior quando essa taxa é 60% para os alunos que concluem o ensino fundamental. Nossas escolas tem servido como uma peneira, faltam políticas públicas que garantam a permanência da criança e do jovem na escola, a fim de que se evite esse índices elevados de evasão.

Por fim, também figuramos entre os campeões do analfabetismo, segundo o IBGE chegamos a ter uma taxa de 14,5 de analfabetos, ficando entre as cinco mais altas taxas de analfabetismo no país, O IBGE ainda aponta que 12,2% das pessoas com 25 anos ou mais não possuem nenhuma instrução formal em nosso estado.

Esse é o retrato de um estado que decidiu condenar o seu futuro, penalizar sua gente e principalmente os mais vulneráveis. Pois a baixa qualidade da educação é um fator determinante para o desenvolvimento de um estado. A educação é sinônimo de novos horizontes, novas oportunidades para aqueles que contam apenas com suas forças para lutar por uma vida melhor. Mas a classe política sergipana optou pelo massacre dos mais pobres seja no tempo presente, seja no tempo futuro, na cartilha dos velhos políticos sergipanos só se conta a subtração do direito da classe trabalhadora e pobre de nosso estado



OBJETIVO GERAL

- Promover uma educação além da aprendizagem, de competências, de caráter geral, que forme pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais autônomas em suas escolhas, que respeitem as diferenças e superem a fragmentação social. Mais estudo, ambiente pedagógico fortalecido, mais protagonismo, mais solidariedade, mais possibilidade de superação de dificuldades e de sucesso, aprendizagem entre jovens. Modificando a realidade das oportunidades em nosso estado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avançar na universalização do ensino principalmente no apoio a ampliação da oferta para educação infantil em Sergipe.
- Melhorar a qualidade do ensino na rede estadual e em especial o ensino de Matemática, Português e Ciências;
- Diminuir as taxas de analfabetismo no estado, em especial a população jovem não escolarizada.
- Estruturar um programa educacional de assistência pedagógica às escolas com indicadores educacionais em situação crítica, com ênfase na melhoria da aprendizagem e promoção da equidade;
- Garantir a permanência das crianças e jovens na escola, buscando ao máximo a relação adequada entre idade e série.
- Elevar os índices de conclusão da escolarização dos jovens sergipanos e consequentemente aumentar a média de tempo de estudo em nosso estado.
- Educação básica como estratégia para o desenvolvimento, para a inclusão e como instrumento de cidadania em regime de colaboração entre os entes federativos e na gestão do próprio sistema de ensino;
- Tornar a busca pelo aperfeiçoamento da gestão escolar uma política pública que objetiva a melhoria das condições de trabalho e avanço na qualidade da oferta do serviço.

COMO FAZER...?

- Melhorarias na estrutura de atendimento dos alunos da Zona Rural, de acordo com a demanda existente com a ampliação de vagas se necessário.
- Oferta de um serviço de transporte escolar de qualidade que facilite o acesso à escola e garanta a permanência do aluno.
- Implementação de políticas de incentivos às melhores práticas na educação no Estado de Sergipe, possibilitando o intercâmbio de experiências e ideias;
- Criação uma política intersetorial (assistência social, educação, cultura, saúde e segurança) para dar atenção diferenciada às escolas situadas em zonas de vulnerabilidade social, com mecanismos de incentivo para atrair profissionais qualificados para atender essa demanda;
- Levar progressivamente a Escola de Tempo Integral para toda a rede estadual respeitando as realidades de cada localidade e de forma pactuada com a comunidade escolar;
- Expandir a o Ensino Médio integrado à formação técnica profissional como modalidade de Escola em Tempo Integral.
- Fomentar a educação técnica profissional respeitando as vocações regionais e a tecnologia difundindo uma cultura empreendedora.
- Criação de um programa de alfabetização em idade compatível e para a população que já tenha afastado da vida escolar em todas as regiões do estado;
- Assessoramento técnico e pedagógico para os municípios na implementação da educação infantil voltada para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e não-cognitivas da criança, de acordo com as Diretrizes Nacionais e Estaduais.
- Estimulo à políticas de apoio às famílias no desenvolvimento infantil, de 0 a 3 anos de idade, focando especialmente as famílias em situação de vulnerabilidade e monoparentais em articulação com os serviços municipais de educação, assistência social e saúde.
- Apoio a práticas de desenvolvimento infantil dentro e fora das escolas, em zonas de vulnerabilidade social, levando em consideração as especificidades rurais e urbanas.
- Desenvolvimento de ações intersetoriais com as áreas da saúde e assistência social para o melhor desenvolvimento da criança e do jovem;



- Fortalecimento das políticas de formação continuada dos profissionais da educação infantil nos municípios;
- Colaboração com os municípios para elaboração e adequação dos Planos Municipais aos Planos Estadual e Nacional de Educação;
- Fortalecimento de políticas educacionais com foco na aprendizagem das crianças em cada etapa da escolarização, tendo como referência as avaliações externas: Avaliação Nacional de Alfabetização, Prova Brasil, bem como desenvolver um sistema próprio de avaliação.
- Apoio aos municípios no desenvolvimento de programas que visem à redução da distorção idade-série, do abandono e da reprovação no ensino fundamental, bem como na própria rede estadual de ensino.
- Ampliação do atendimento de jovens de 15 a 17 anos, promovendo a busca ativa dos que estão fora da escola, criando serviços especializados que promovam o diagnóstico, acolhimento e reinserção dos jovens nos níveis e modalidades de ensino mais adequadas.
- Inserção dos serviços de psicologia, de psicopedagogia e de assistência social no ambiente escolar.
- Reorganização das propostas curriculares dando ênfase ao protagonismo estudantil, empreendedorismo, habilidades sócio emocionais e promoção da cultura de paz, por meio do desenvolvimento de metodologias como aprendizagem cooperativa, projeto professor tutor de turma e reestruturação curricular com trabalho efetivo nas abordagens transversais curriculares;
- Expansão e aperfeiçoamento da infraestrutura e rede de internet nas unidades escolares com o objetivo de implementar tecnologias educacionais voltadas para a ampliação do conhecimento, vinculado à formação continuada dos professores nas tecnologias digitais;
- Criação de incubadoras de Start-Up para o desenvolvimento de projetos de inovação elaborados por alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional;
- Estruturação de programas de formação permanente e sistemático em todas as regiões do estado para gestores escolares, em articulação com IES e outras instituições de referência em formação de profissionais da educação ampliando a oferta para os professores das redes municipais.

- Favorecimento a inclusão da educação em direitos humanos nos projetos político-pedagógicos das escolas, adotando as práticas pedagógicas democráticas presentes no cotidiano; inserir a educação em direitos humanos nas diretrizes curriculares da educação básica estadual;
- Fomento a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, raça e orientação sexual como forma de combater todas as formas de discriminação e violações de direitos humanos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas junto a comunidade escolar.
- Utilização da inovação tecnológica no aprimoramento da gestão e do cotidiano das escolas e da secretaria, como a matrícula por geo-referenciamento, diário e boletim on-line.
- Criação de um Atendimento Educacional Especializado ao aluno público-alvo da Educação Especial, focando principalmente no acesso à educação de qualidade, através de uma escola acessível, salas de recursos multifuncionais, e transporte escolar com acessibilidade.
- Promoção de concurso para professores especializados no atendimento educacional especializado para as salas de recursos multifuncionais;
- Qualificação da oferta de escolarização básica para as pessoas privadas de liberdade por meio de proposta pedagógica específica;
- Desenvolvimento de uma política intersetorial de elevação da escolaridade para pessoas privadas de liberdade associada a ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional e fomento à leitura.
- Criação de um programa articulado com instituições de ensino superior para o incentivo à iniciação científica na educação básica.
- Fortalecimento do programa de formação continuada para professores e demais profissionais envolvidos com a educação em prisões;
- Reestruturação da carreira do magistério com objetivo de tornar a carreira atrativa e respeito a Lei do Piso do Magistério, além de construir de forma colaborativa os rumos da educação em nosso estado.

8. SEGURANÇA PÚBLICA

Sergipe se tornou, ao longo da última década, um dos estados mais violentos do Brasil, com indicadores de homicídios compatíveis com zonas de guerra. Os crimes contra o patrimônio (roubo e furto) e o tráfico alcançaram proporções alarmantes e não existe mais segurança mesmo nas áreas nobres da Capital ou nos povoados interioranos.

O longo lapso temporal sem a realização de concursos públicos para a área da Segurança e a falta de planejamento para a concretização dos certames lançados tardiamente tornam mais aguda a crise, cujo retrato extremo é o fato de termos hoje menos policiais militares na ativa do que tínhamos há 20 anos.

Quando tratamos do nosso sistema carcerário vemos que o estado de Sergipe conta com aproximadamente 4 mil detentos e apenas cerca de 2 mil vagas. Além disto, temos mais de 4 mil mandatos em aberto, o que aponta para uma situação de absoluto caos no sistema carcerário. É importante reconhecer o esforço dos servidores do DESIPE para administrar esta bomba-relógio e reduzir os danos à sociedade e atuar de forma urgente na solução do problema.

OBJETIVOS GERAIS

É indispensável resgatar a tranquilidade do cidadão sergipano, com indicadores de violência, em especial o número de homicídios, reduzidos a patamares civilizados. É plenamente possível chegar à condição de estado mais seguro do Nordeste, com a adoção de estratégias claras tecnicamente definidas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Alcançar em 2022 um indicador de homicídios por 100 mil habitantes igual ou menor que 20;
- Garantir em 2020 que todos os CVLI (crimes violentos letais intencionais) sejam investigados por equipes especializadas, integradas por Delegados, Escrivães, Agentes, Peritos e Papiloscopistas com dedicação exclusiva para este tipo de investigação e direção centralizada no DHPP;
- Garantir a expansão do atendimento especializado DAGV para todas as cidades sergipanas, através de unidades próprias ou núcleos vinculados às Regionais;



- Garantir a expansão do atendimento DENARC para todas as Regionais e cidades com mais de 30 mil habitantes;
- Garantir a expansão do atendimento DEOTAP para todas as Regionais, com ampliação do Laboratório de Repressão à Lavagem de Dinheiro e núcleos especiais da Divisão de Inteligência;

COMO FAZER...?

- Ampliação a Divisão de Inteligência Policial – DIPOL, com a criação dos núcleos regionais e especializados;
- Ampliação o atendimento do projeto de mediação de conflitos ACORDE;
- Criar o Batalhão Especializado de Divisas, para o patrulhamento ostensivo das vias de acesso ao estado de Sergipe;
- Reforço das Unidades Especializadas da Polícia Militar, a exemplo do GATI, do GETAM, do PEPAC, da RP e do CHOQUE;
- Reforço dos Batalhões de área, orientando sua atuação dentro do conceito de policiamento comunitário, com suporte coordenado das Unidades Especializadas;
- Integração entre as polícias, sob o comando direto do Secretário de Segurança Pública, para uma atuação orientada por definição de metas públicas, avaliação constante de processos, gratificação por resultados, qualificação continuada, emprego de tecnologia e integração dos serviços de inteligência e das ouvidorias;
- Parceria com os municípios, para compartilhamento de recursos, planejamento integrado e reforço das Guardas Municipais e dos Conselhos de Segurança Comunitária;
- Ampliação e reestruturação física da Perícia, inclusive com a construção dos novos Institutos de Medicina Legal e de Criminalística e descentralização do Instituto de Identificação;
- Ampliação da parceria com a Secretaria de Educação, para o desenvolvimento do projetos de redução do consumo de drogas e de valorização da ética;
- Parceria com a Secretaria de Saúde, para o encaminhamento de vítimas de violência e viciados em drogas, com o objetivo de reduzir os danos causados e recuperar a cidadania;



- Parceria com a Secretaria de Assistência Social, para atendimento à população de rua e em situação de risco, com objetivo de redução de danos, bem como reforço no atendimento aos adolescentes infratores;
- Incorporação do DESIPE à estrutura da Secretaria de Segurança Pública, com a reestruturação e valorização das carreiras dos agentes prisionais e a ampliação física das unidades para comportar a população carcerária e viabilizar a ressocialização;
- Efetivação do Gabinete de Gestão Integrada, com a participação ampliada da sociedade e presidência do Governador do Estado, para definição de políticas e avaliação quinzenal dos resultados.
- Fusão do DESIPE com a Secretaria de Segurança Pública, em razão da clara ligação entre as atividades-fim, gerando uma maior eficiência, estabilidade e economia para o sistema;
- Reestruturação das carreiras do sistema prisional, com a valorização dos servidores e a garantia de qualificação continuada;
- Reestruturação física do sistema prisional, com a construção de novas unidades e instalação de equipamentos de segurança, como scanners e bloqueadores de celular;
- Adoção progressiva de unidades de ressocialização no modelo das APAC, que iniciaram no estado de São Paulo e têm sua unidade de referência em Minas Gerais. Com elas é possível atingir um custo por detento 65% menor que o atual e um índice de não reincidência superior a 80%, enquanto a média das unidades tradicionais é de 8%;
- Parceria com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública para garantir a celeridade dos processos criminais, reduzindo a sensação de impunidade e contribuindo para a segurança da sociedade.
- Criação da Delegacia de Grupos Vulneráveis em regime de plantão e interiorizar essa modalidade de delegacia.

9. INFRAESTRUTURA

Infraestrutura tem sido considerada a um só tempo o principal desafio e a maior oportunidade para retomada de um modelo de desenvolvimento sustentável que o Brasil e Sergipe tanto demandam. A economia começa a dar sinais de retomada gerando a



oportunidade de uma virada uma vez adotada uma política de infraestrutura consistente e de longo prazo.

Um Plano Nacional de Logística está em gestação para suprir as necessidades do país na área de infraestrutura até 2025. Sergipe deve com planejamento e metas bem definidas, buscar garantir recursos e meios para que se consolidem fortes e contínuos investimentos, preferencialmente de forma autônoma, transformando a infraestrutura em indutora do novo ciclo de crescimento da economia, trazendo empregos e oportunidades para o estado.

Sergipe tem posição geográfica estratégica em relação a outros estados do Nordeste que tem sido motor da economia da região. Tem grande parte de sua infraestrutura concentrada nos eixos das rodovias federais, que precisa ser ampliada e diversificada buscando construir uma personalidade econômica forte frente aos demais estados.

Investir em infraestrutura é uma decisão que pode alavancar um padrão econômico e social no qual todos os sergipanos tenham oportunidade de desfrutar de condições dignas de existência, com segurança e qualidade de vida.

OBJETIVOS GERAIS

Utilizar o aporte de infraestrutura de forma adequada no tempo, tipo e qualidade do investimento buscando diferenciar e preparar Sergipe para um desenvolvimento sócio econômico sustentável prioritariamente na chamada economia 4.0, cujos pilares devem ser Sociedade, Estratégia, Talento e Tecnologia, pilares estes que estão conectados e se fortalecem mutuamente.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

Transformar Sergipe em um estado articulador e potencializador das demandas e oportunidades para investimentos em infraestrutura, notadamente através de um sistema de LOTES DE OFERTA DE PROJETOS PÚBLICOS, que ensejem a implantação de obras/projetos e ações estruturantes, inclusive em localidades fora dos eixos já consolidados, como elemento indutor de desenvolvimento em regiões ainda pouco ou nada significativas nas dinâmicas econômicas e sociais.



Para tal fim faz se necessário buscar formas diversificadas de financiamento da infraestrutura, tais como melhorar a eficiência e eficácia no uso dos recursos de forma a aumentar a capacidade de investimento além de estabelecer outros mecanismos, como parcerias público privadas e instrumentos diversos já consolidados. O Banese pode também ser fortalecido como um banco de fomento para este fim.

COMO FAZER...?

- Executar estudos sobre infraestrutura instalado de rodovias/portos/e obras especiais com potenciais de recuperação, reutilização e/ou ampliação;
- Fazer projetos de obras estruturantes de alto impacto econômico e social;
- Concluir obras paralisadas;
- Disseminar uso de energia solar no estado como estratégia de desenvolvimento econômico e social, com incentivo a micro e mini geração de energia elétrica, inclusive ampliando acesso à energia em localidades rurais.
- Abastecer frota de veículos do governo do estado através de biogás gerado em usinas que tenham como insumo o lodo das estações de tratamento de esgoto sanitário;
- Instalar sistemas fotovoltaicos conectados a rede elétrica em pelo menos 50% dos prédios públicos do governo do estado reduzindo os custos com energia elétrica
- Produzir energia através de usinas de queima de lixo não reciclável da região metropolitana
- Estabelecer fazendas solares nas áreas de semiárido de baixo potencial agrícola e que estejam próximas as redes de transmissão já instaladas com garantia de uso da energia produzida em projetos/prédios públicos.
- Fortalecer a atuação da Deso como uma empresa que possa ampliar a oferta de serviços de saneamento básico no estado e até fora dele, quantitativa e qualitativamente.
- Disseminar uso de sistemas alternativos de abastecimento de água no estado como estratégia de desenvolvimento econômico e social, com incentivo a micro captação e reuso de agua de chuva, inclusive ampliando acesso em localidades rurais
- Fortalecer a atuação da Sergás como uma empresa que possa ampliar a oferta de rede de gás no estado, quantitativa e qualitativamente.

10. ASSISTÊNCIA

Sergipe registrou, em 2000, um IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) de 0,531, que o colocava na faixa de muito alta vulnerabilidade social. Dez anos depois, esse índice se reduziu para 0,393, passando o estado para a condição de média vulnerabilidade, com decréscimo de 25,98%, muito próximo dos valores nacional e regional. No entanto, a maioria de seus municípios (45) encontra-se na condição de alta vulnerabilidade social (Ipea, 2015).

A Assistência Social é responsável pelas políticas públicas de assistência social e o combate e erradicação da pobreza, gerenciando o Sistema Único de assistência social. Tem como missão incentivar, estimular e apoiar o desenvolvimento comunitário e atividades socioeducativas, além de realizar ou colaborar com a realização de programas e ações de segurança alimentar e nutricional e de transferência de rendas, bem como de habitação de interesse social e formação para o trabalho. A Assistência Social planeja e operacionaliza políticas públicas para as mulheres, assim como de promoção da igualdade racial e de dos direitos da pessoa com deficiência.

A Assistência Social deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem, sua prática realiza-se a partir de ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, tendo por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e as pessoas com deficiência.

Cabe ao Governo do Estado, um papel estratégico na coordenação da política de Assistência social do Estado. Contudo propomos:

OBJETIVO GERAL

Garantir que a assistência social chegue a todo cidadão que dela precise com ações articuladas que visem a solução dos problemas a partir de suas causa e diminua a sensação desamparo dos seguimentos de maior vulnerabilidade em nossa sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer rumos, diretrizes e fornecer mecanismos de apoio às instâncias municipais, ao terceiro setor e à iniciativa privada.



- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza, garantindo renda, proporcionando acesso a serviços, gerando oportunidades de emprego e renda na área rural e urbana.
- Garantir o acesso à alimentação adequada às famílias em situação de pobreza.
- Garantir o acesso universal à transferência de renda e à suplementação direta de renda às famílias em situação de extrema pobreza nas áreas rural e urbana.
- Garantir à população extremamente pobre acesso a serviços públicos.

COMO FAZER...?

- Promoção de apoio técnico, capacitação, monitoramento e avaliação das ações sociais desenvolvidas em todo o Estado.
- Promoção do desenvolvimento de formas inovadoras e criativas na implementação, gestão, monitoramento, avaliação e informação das ações sociais.
- Ampliação de atendimento para população em situação de vulnerabilidade social, com aumento de equipe de abordagem social e Casa de Passagem para atendimento de Pessoa Idosa em vulnerabilidade e população de rua.
- Aumento o do número de usuários atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculo;
- Apoio e desenvolvimento de políticas assistências para dependentes químicos
- Fomentar, promover e apoiar as ações de Economia Solidária no estado, em -parceria com outras pastas que atuam nesta área.
- Apoio integral aos Conselhos Tutelares e seus membros, promoção de cursos de capacitação para os conselheiros tutelares.
- Fomento a inclusão produtiva.
- Ampliação as ações destinadas a concretizar os direitos, a igualdade e a dignidade das mulheres, da população negra e indígena, da população LGBT,
- Ampliação o acesso a serviços e políticas públicas para populações vulneráveis
- Fomento a inserção profissional formal de jovens em situação de vulnerabilidade social;



- Implementação de uma Política Estadual antidrogas e as ações do Programa Recomeço;
- Investimento na capacitação de servidores públicos em todo o Estado no que toca à temática de direitos humanos;
- Ampliação de ações voltadas para a difusão de conhecimento técnico-científico direcionadas aos jovens.
- Fortalecimento do Programa da Agricultura familiar de Interesse Social e ampliar as ações dos Programas voltados para a terra
- Estruturação e implementação do Plano Decenal de Medidas Socioeducativas;
- Ampliação da rede de proteção e defesa dos direitos dos consumidores;
- Ampliação do atendimento da Defensoria Pública para a assistência judiciária gratuita.
- Promoção da integração dos programas sociais das três esferas de Governo, fortalecendo o Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- Transformação e ampliação do atual programa de enfrentamento da extrema pobreza, sensibilizando o terceiro setor e outras áreas da sociedade;
- Intensificação de ações de prevenção, ampliação da rede de serviços e qualificação das equipes técnicas no atendimento às famílias e aos usuários de substâncias psicoativas, principalmente na questão do uso do crack;
- Aprimoramento das políticas, dos serviços e das estruturas para promoção do envelhecimento ativo da população;
- Ampliação do benefício, das atividades complementares e da cobertura dos programas de transferência de renda;
- Incentivo a geração de trabalho e renda, através de políticas públicas integradas para inclusão produtiva;
- é fundamental para resistir e enfrentar diante do atual cenário de desmonte das políticas públicas e, sobretudo, da seguridade social.
- Redução da prestação de serviços públicos por parte do Estado Diante dos inúmeros retrocessos que impedem a efetivação dos direitos dos usuários da previdência social e considerando que a previdência é uma política de extrema importância para a população brasileira.

11. CULTURA

Entendemos que a política pública estadual para a Cultura é uma ação ancorada em princípios, operações, procedimentos administrativos e orçamentários, sendo a essência da Gestão Pública a capacidade de liderar processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em cooperação com aqueles que cotidianamente protagonizam a produção cultural em nosso estado.

Somos o menor estado da federação, mas somos gigantes quando falamos de nossa produção cultural, nossa capacidade de expressão ultrapassa as fronteiras da geografia e da estética. Da mangaba ao samba de pareia, passando pelo barco de fogo nós sergipanos, em muitas situações, não compreendemos o tamanho de nosso patrimônio cultural e ficamos suscetíveis a sensação de que somos um povo nordestino com as manifestações culturais comuns ao nordestino, mas sem relevância de construção daquilo que o imaterialmente o nordeste.

A situação de despreendimento da consciência da sergipanidade está diretamente relacionada a ausência de uma política de cultura que fomente as potencialidades de nossa cultura e a transforme em um ponto de convergência da identidade do povo sergipano e um produto que gere emprego e renda. A cultura é um elemento importante no desenvolvimento humano, social e econômico e os estados têm a responsabilidade de ser o agente mobilizador da valorização de nosso patrimônio cultural.

Nossa cultura além de ser rica em sua essência tem uma grande capacidade de diálogo com outras manifestações culturais que nos chegam. O intercâmbio sadio entre as diferentes expressões culturais é algo que deve ser mantido e incentivado, mas sempre na perspectiva da preservação da memória e formulação de novas expressões culturais, agregar sem perder.

OBJETIVO GERAL

- Fazer de nossa cultura mais do que nunca um ponto que consolide a nossa sergipanidade e fazer da produção da cultura em nosso estado um ambiente que gere emprego e renda. Ampliando os valores imateriais e materiais de nossas expressões culturais.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Valorizar o artista sergipano em todo o processo de produção cultural, da composição, veiculação e distribuição.
- Transformar nosso estado em um ambiente pujante de produção e difusão de cultura.
- Integrar a Política Cultural do Estado ao processo de desenvolvimento local (econômico, social e político), aliando cultura, inclusão social através da cidadania cultural;
- Integrar setor público e privado no fomento da cultura em nosso estado.
- Descentralizar e garantir o acesso da população às obras da cultura, tanto como protagonistas, quanto como participantes da fruição;
- Construir uma política que fortaleça os editais, festivais, festas populares e eventos culturais;

COMO FAZER...?

Um - A identidade musical de Sergipe

Concurso para a escolha do hino oficial do estado de Sergipe.

Dois – Conselho de Cultura Ativo

Os mesmos terão atividades, em pesquisas e avaliações de projetos e editais, realizados pelo governo do estado de Sergipe, passando a ser personagens importantes nas definições da pasta.

Três – O Antigo e o novo Teatro

Reforma e adequação do Teatro Vila Lobos. Passando a servir, ao mercado de arte e cultura, A sala passa a fazer parte do conjunto de teatros ativos do estado de Sergipe.

Quatro – Status financeiro da Cultura

Fortalecimento do orçamento da Cultura e adequá-lo a uma realidade de eficiência nos gastos.

Cinco – Folcloródromo – espaços culturais em rede

Revitalização e construção de espaços que serviram de referência na difusão do folclore sergipano.



Seis – A cultura em frequência modulada

A Fundação Aperipê passa a ser de competência da Secretaria do Estado da Cultura.

Sete – Alunos Musicais

Integração do currículo escolar com a produção artística de sua localidade, por meio de atividades extracurriculares e do ensino de música nas escolas estaduais.

Oito – Armazém Rede da Cultura

Criação de uma grande plataforma digital que servirá de repositório da memória da cultura sergipana.

Nove – Selo da Cultura

Criação de um selo para a valorização do produção artística local.

Dez – Intercambio de Gestão com os artistas.

A prioridade é dar ao artista sergipano o protagonismo de sua própria cultura, não apenas em seu cotidiano de composição artística, mas também na elaboração e execução das políticas públicas da cultura.

12. JUVENTUDE

O Brasil tem 51 milhões de habitantes com idades entre 10 e 24 anos, de acordo com o estudo The State of The World Population, produzido pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), braço da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável por questões populacionais. A juventude é o centro gravitacional da renovação política, tudo isso devido a hiperatividade e criatividade nas relações sociais, especialmente no tocante aos indicadores que atendem melhor tal faixa etária. É importante trazer a memória a contribuição da juventude para com o desenvolvimento do país, especialmente na elevação no nível de democracia, momentos como as Diretas Já e as manifestações até a presente data nos revelam o quanto essa participação muda o aspecto político.

Precisamos levar em consideração que há um enorme descontentamento com relação à participação pelo voto em muitas democracias pelo mundo. No Brasil, em especial, o momento de crise em diversas esferas da sociedade aponta para uma falência



do modelo tradicional de participação política, apesar de que o número de candidaturas jovens tende a subir, nosso panorama geral nos revela um imenso descontentamento dos próprios para com os rumos da nação.

Em Sergipe, terra onde movimentos estudantis sempre ascenderam a chama da militância política, não sente-se diferente, pois as falhas para com os cumprimentos dos direitos dos estudantes e os direitos individuais da juventude, centraliza uma desesperança generalizada que influencia nas decisões futuras do estado, se não houver participação política do jovem, naturalmente não haverá resposta a seus anseios. Devido a sentirmos isso, desenvolvemos um conteúdo programático que buscou ouvir a nova geração de sergipanos que vieram de todas as regiões do estado para que juntos levantássemos as problemáticas e possíveis soluções.

Segundo dados da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a diminuição da quantidade de adolescentes entre 16 e 18 anos que não votam enquanto não são obrigados é apenas mais uma prova disso. A pesquisa ainda nos revela que os anseios dos jovens vão além da infraestrutura que possibilita o lazer, como centros de música e cultura, eles querem a disseminação da liberdade em plenitude nas artes, que possibilita as diferentes formas de pensar de serem entendidas, porém se sentem desestimulados com o ócio.

Não podemos ignorar o dado que nos inicia no mundo tecnológico, espaço onde os jovens buscam refúgio justamente durante o período de descanso ou ociosidade, Quanto mais jovem é o brasileiro, maior é o percentual de acesso à internet, segundo o Data Popular: 80% dos adolescentes de até 17 anos de idade navegam nessa rede; o percentual é quase o mesmo, 78%, para aqueles de 18 a 24 anos, tal afirmação nos leva a entender que precisamos aproximar o governo e a nova geração através da internet. Possivelmente esse passo nos possibilitaria caminhos para geração de renda, pois a classe jovem é a que mais sofre com a falta de dinamização da economia, entendemos que a geração de empregos se faz fundamentalmente importante para que tenhamos um setor produtivo jovem e criativo, essencialmente no que refere-se ao primeiro emprego.

A sensação de impotência continua ao analisarmos que de acordo com os dados do “Atlas da Violência 2018”, Sergipe lidera a maior taxa de homicídio do país, onde aparece com taxa de 142,7 para cada 100 mil jovens, de 15 a 29 anos assassinados, mais uma vez, o pior no cenário nacional. Dessa forma compreende-se que temos negligenciado a segurança pública e deixado nossos jovens a deriva, a própria sorte, urgentemente precisamos reverter o cenário que ainda inclui: combate ao tráfico de



drogas e armas, ressocialização de jovens em situação vulnerabilidade.

Necessitamos de projetos coerentes que ofereçam espaço ao jovem, um projeto crie um ambiente de oportunidades e de desenvolvimento pleno da pessoa.

OBJETIVO GERAL

Garanti a juventude sergipana uma política pública que seja efetiva em oferecer educação de qualidade e igualdade de oportunidades, bem como conceder a população jovem o protagonismo que lhe é devida na elaboração e tomada de decisão a respeito das políticas públicas para a juventude.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aumentar a participação da juventude nas instâncias de discussão e tomada de decisão a respeito das políticas públicas transversais a essa população.
- Inserir jovens em situação de vulnerabilidade nos ambientes de escolarização, de produção de cultura, da prática esportiva e do lazer.
- Promover a formação de juventude cidadã com a compreensão exata de sua diversidade e com exercício do respeito e da equidade.

COMO FAZER...?

- Oferta de educação integral e em tempo integral com objetivo de sedimentar uma formação cidadã.
- Desenvolvimento de programas para o primeiro emprego jovem, em parceria com os mais variados setores da sociedade.
- Construção de centros de cultura e desenvolvimento artístico, especialmente nas zonas vulneráveis socialmente;
- Desenvolvimento de programas que visem a efetiva reinserção social de jovens menores infratores na formação acadêmica e no mundo do trabalho.
- Ofertar nas cidades com poucos recursos financeiros atividades de capacitação de grupos sociais, especialmente liderados por jovens, para incentivar o protagonismo desses grupos em ações comunitárias e iniciativas científicas e tecnológicas;
- Oferecer à juventude indígena, negra e LGBT todas as condições necessárias a seu desenvolvimento de forma equânime e livre de discriminação.

- Tornar a internet um instrumento de interação entre o governo e a juventude, por meio de plataformas e fóruns de discussão a respeito das realidades das juventudes de nosso estado.

13. HABITAÇÃO

Sergipe possui um déficit total de 69.032 domicílios, a coabitação familiar, o ônus excessivo dos alugueis e as habitações precárias são desafios permanentes na busca por justiça social e o direito a moradia.

As propostas aqui em pauta são um conjunto de medidas que serão adotadas pelo Partido Rede Sustentabilidade para redirecionar os Programas de Habitação Popular no Estado.

Todo o nosso programa habitacional está pautado na Agenda 2030, nos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, do qual o Brasil é signatário, especialmente nos Eixos 7- Energia Acessível e Limpa e 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis fomentando a discussão e implementação de ações através de suporte técnico, quando necessário, e convênios com os municípios pautados nos Estatutos das Cidades e das Metrôpoles.

OBJETIVO GERAL:

Redirecionar toda a política habitacional do estado para a construção de moradias populares nas proximidades dos locais de trabalho, considerando não só o baixo custo mas, antes de tudo, a qualidade estética- funcional dos projetos que resultarão em cidades e comunidades mais humanas e inclusivas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolver projetos padrão de residência popular e com preocupação estética
- Fornecer suporte técnico aos municípios na área de habitação popular

COMO FAZER...?

- Rever os critérios de localização dos conjuntos habitacionais, redirecionando-os para a proximidade dos Centros das cidades, nas suas imediações e/ ou em áreas e localidades abandonadas sempre próximas aos locais de trabalho para facilitar a vida do trabalhador e reduzir os problemas de mobilidade e de implantação de infraestrutura para as prefeituras;

- Promover, através de convênios com os municípios a atualização dos seus Planos Diretores e/ou elaboração dos mesmos;
- Fomentar a mistura de usos nos bairros das cidades de grande e médio porte como forma de dinamizar as áreas residenciais e reduzir a circulação no território urbano, principalmente de automóveis;
- Promover, através de convênios com os municípios a atualização dos seus Planos Diretores e/ou elaboração dos mesmos;
- Fomentar a estruturação de Planos Habitacionais para os municípios sergipanos de acordo com a nossa Legislação Federal (Estatuto das Cidades e/ ou Estatuto das Metrôpoles) e Plano Diretor quando houver;
- Promover através de convênios com os municípios ou mesmo suporte técnico;
- Criar banco de projetos de habitação popular para captação de recursos onde a qualidade estética das edificações seja considerada;
- Fornecer suporte técnico;
- Dar suporte aos municípios, orientando-os quanto a Assistência técnica profissional;
- Aderir à Lei de Assistência técnica do CAU através de convênios com os municípios;
- Ser signatário “Carta Aberta aos Candidatos nas Eleições de 2018 pelo Direito à Cidade” endossando as 53 propostas elaborados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil –CAU/BR e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil em cerimônia de assinatura IAB;

14. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desde os anos 1980, Sergipe tem sido reconhecido dentre os estados nordestinos como um dos mais destacados socioeconomicamente, em especial, em razão de seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o maior do Nordeste, e por seus, outrora destacados, índices de desenvolvimento social e econômico (renda, emprego, analfabetismo e expectativa de vida), ainda que muito aquém dos níveis do Centro-Sul.

Algumas razões para ter sido um notório enclave de virtudes dentro da mais pobre região do país, são: a presença abundante de recursos naturais, grandes commodities mundiais, tais como petróleo, gás, potássio e calcário; a instalação da maior



usina hidrelétrica do Nordeste, Xingó; o território e a população relativamente pequenos e melhor administráveis; a forte participação do setor público como planejador e indutor do desenvolvimento econômico (especialmente o Governo Federal); como consequência da anterior, a presença de grandes estatais na economia sergipana com a finalidade de explorar os recursos minerais do estado, o que resultou não somente em aumento do PIB, mas também em uma forte classe média com razoável poder de compra concentrada na capital; os incentivos fiscais, a partir do início dos anos 1990, no contexto da guerra fiscal, foi crucial para a formação de uma razoável indústria de bens de consumo não duráveis, em especial os mais tradicionais, como alimentos e bebidas, têxteis e vestuários, couro e calçados.

A partir dos anos 2000, avanços nos indicadores sociais foram sentidos em função do aumento dos gastos do Governo Federal com transferências de renda, aumento salarial real e com o bom momento que atravessava a economia mundial no período, quando a China crescia a taxas com dois dígitos e consumia toneladas de commodities, das quais o Brasil é pródigo.

Ocorre que, mesmo com o otimismo e os dados favoráveis que caracterizaram os primeiros quinze anos do século XXI, Sergipe não conseguiu dar um salto rumo a um patamar de desenvolvimento mais consistente e compatível com o nível dos estados do Sudeste, Centro-Oeste e Sul, nem mesmo preparar-se para alcançá-lo no médio prazo. Diferentemente, com o início da recessão econômica no segundo semestre de 2014, o que se viu foi a exposição da fragilidade da economia sergipana, com elevados índices de desemprego, deprimidas taxas de crescimento do PIB, estagnação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), retorno do avanço da pobreza e miséria, escalada da violência urbana, crise fiscal, índices de desenvolvimento educacional estagnados ou retrocedidos, baixo índice de produtividade média do trabalhador, aumento de tributos (ICMS) que incidem diretamente sobre renda e produção, entre outros. Esses e outros mais antigos problemas, que merecem ser considerados num programa de governo que vise o desenvolvimento econômico de Sergipe, são elencados a seguir:

O contexto de crise nacional, social, econômica e política.

A estagnação da economia sergipana desde 2014.

As elevadas taxas de desemprego que são recordes no Brasil a partir de 2015.

Os elevados índices de informalidade, consequentes do desemprego.

A estagnação dos avanços em desenvolvimento humano.



O elevado custo-Sergipe (energia, gás, frete, telecomunicações, tributos).

A elevada concentração econômica na capital e sua região metropolitana.

O elevado índice de desigualdade de renda entre classes que impossibilita a formação de uma classe média pujante territorialmente bem distribuída.

Evolução negativa do indicador de confiança empresarial.

Abandono da política de apoio às microempresas e empresas de pequeno porte (MPEs).

Abandono da política de apoio aos arranjos produtivos locais.

Ambiente de negócios hostil ao empreendedorismo, sobretudo às pequenas iniciativas. Ao contrário das grandes, viciadas em capitalismo de compadrio.

Elevada carga tributária incidente sobre produtos e sobre a renda.

OBJETIVO GERAL

Tornar Sergipe um estado economicamente competitivo e sustentável e próspero.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Tornar o ambiente de negócios de Sergipe favorável ao investimento privado e ao empreendedorismo, com especial atenção aos pequenos empreendimentos e aos negócios inovadores.
- Equilibrar a distribuição territorial da economia sergipana, mediante o fortalecimento das vocações regionais expressos nos arranjos produtivos locais.
- Preparar a infraestrutura de Sergipe para a recepção de novos empreendimentos.
- Qualificar os trabalhadores sergipanos para os desafios propostos pela quarta revolução industrial (indústria 4.0).
- Difundir uma cultura empreendedora no estado.

COMO FAZER...?

- Reestruturação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia (SEDETEC), desmembrando-a em duas: a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Ciência e Tecnologia.
- Transformação da atual Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CODISE) em uma Agência de Promoção de Investimentos, com equipe qualificada e os meios necessários para trabalhar na atração de inversões privadas ao estado.



- Retomada dos investimentos em infraestrutura logística: término das obras de duplicação da BR-101; início da duplicação da BR-236, criando um fortuito corredor de exportações de produtos agrícolas do Vale do São Francisco (Petrolina-Juazeiro) e do Cerrado nordestino (Matopiba); revitalização do trecho da Ferrovia Centro-Atlântica em Sergipe, ligando o estado à Transnordestina e criando outra possibilidade de transporte de cargas, desafogando a BR-101, em especial; consolidação da operação de contêineres no Porto de Sergipe, com vistas a prepará-lo para ampliação (mediante captação de investimento privado) e consequente criação de um complexo portuário-industrial no seu entorno, aproveitando a grande área estadual disponível, por meio de uma política equilibrada de concessões e parcerias com o setor privado;
- Diversificação da matriz energética sergipana, diminuindo a dependência da energia hidrelétrica e de combustíveis fósseis, mediante uma política de incentivos de energias limpas de impacto ambiental reduzido como a energia eólica e a fotovoltaica. Ainda no que concerne à matriz energética, modificar a política de gás canalizado com vistas a baratear o serviço possibilitando uma oferta competitiva de fonte de energia a diversos setores industriais.
- Investimento em qualificação profissional e ensino técnico com vistas a aumentar o índice de produtividade do trabalhador sergipano e os incrementos em termos de renda. Uma população economicamente ativa com boa qualificação profissional possibilita a atração de investimentos de setores mais intensivos em tecnologia, o que redundará em maior valor adicionado ao PIB e em melhores níveis de salário.
- Investimento na ampliação e modernização da infraestrutura de telecomunicações de Sergipe.
- Reelaboração a política de incentivos fiscais, tornando-a setorial, sem discriminação de empresas, mas com alíquotas favoráveis a setores estratégicos, em especial os portadores de futuro, intensivos em tecnologia e inovação, com foco na sustentabilidade.
- Retomada da política de apoio aos arranjos produtivos locais.
- Retomada da política de apoio às MPEs.
- Fortalecer o BANESE enquanto banco com participação efetiva no desenvolvimento do estado e que contemple especialmente os pequenos empreendimentos.

15. AGRICULTURA E PECUÁRIA

A Agropecuária é uma das vertentes econômicas de maior relevância em todo o território brasileiro, inclusive em Sergipe. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a agricultura e o agronegócio contribuíram com 23,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2017,

Os elementos ligados a natureza, a qualificação da mão-de-obra e o potencial econômico, que, além da questão da propriedade da terra, abrange o grau de investimento financeiro aplicado, interferem diretamente no sucesso desse setor. Uma vez que em regiões onde este último é reduzido, a agropecuária depende muito das condições do meio, pois os produtores não dispõem de recursos, principalmente financeiro, para dispor de conhecimentos, assistência técnica e tecnologia que anulem ou minimizem os efeitos adversos da natureza. Entretanto, embora estes fatores possam provocar prejuízos, existem alternativas para anular ou contorná-los, e sabe-se que os mais importantes são de ordem técnica e estrutural.

OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento do campo em nosso estado com justiça social, equidade e sustentabilidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Dar amplo conhecimento à população de Sergipe sobre as dificuldades e potencialidades no Setor Agropecuário e estabelecer planejamentos estratégicos considerando tais características;
- Fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa;
- Desenvolver uma perspectiva na área comum e de longo prazo para o Estado.

COMO FAZER...?

- Fomentar a capacidade de participação e de ação do produtor rural, ajustada a dinâmica econômica e social regional para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva nos municípios;
- Criar políticas para reduzir os desequilíbrios regionais e locais importantes para a inclusão produtiva da população de baixa renda nas cidades interioranas;
-



- Convocar todos os setores da sociedade civil local para a participação efetiva – em conselhos, conferências, associações, entre outros – nos processos de decisão, monitoramento e avaliação;
- Estabelecer políticas de utilização compulsória de elementos de sustentabilidade em novos empreendimentos rurais ou comerciais, e de estímulo através de descontos ou isenção de taxas para os pré-existentes que desejem promover alterações sustentáveis nas criações e plantios. Em qualquer dos casos será necessária a implementação de legislação específica.
- Reestruturação (contratação, capacitação de servidores) das Empresas Estatais, Emdagro, Cohidro e Pronese, especificando e interligando suas ações no contexto geral, para, através de projetos com a participação dos setores agropecuários, promover a construção de um plano de políticas públicas para o desenvolvimento do setor agropecuário de Sergipe visando uma agricultura mais orientada para o mercado, priorizando a superação econômica e integração no mercado, com comprometimento ambiental e respeito aos recursos naturais garantindo a sustentabilidade, melhorando a qualidade de vida e garantia de alimento de qualidade (urbano e rural).
- Parcerias com órgãos de pesquisa, a exemplo da Embrapa, para fomentos científicos, orientação, viabilização e execução dos projetos;
- Os projetos deverão ter como diretrizes básicas melhoria da renda e qualidade de vida, e potencial de inclusão garantindo a permanência do homem rural no campo; sustentabilidade ambiental; segurança alimentar, atendendo toda a cadeia produtiva: Produção, transformação e comercialização. Para a avaliação e acompanhamento dos resultados obtidos deverá ser criados indicadores de monitoramento para, se necessário, melhoramento das metodologias adotadas;
- Programa de inserção das produções locais na merenda escolar, promovendo o aproveitamento da produção e evitando a ocorrência de desequilíbrio entre a produção e o mercado consumidor e conseqüente grandes variações de preços;
- Viabilização de financiamento para pequenos, médios e grandes produtores, com efetiva fiscalização da utilização dos recursos obtidos no emprego da criação-melhoria do projeto rural.
- Efetuar um estudo sobre o potencial hídrico dos rios São Francisco, Vaza-Barris, Real e Piauí para fins de irrigação;
- Contratação de Assistência Técnica (médicos veterinários, engenheiros agrônomos, zootecnistas e técnicos agropecuários) pelo Estado ou em parceria com os



municípios objetivando o aprimoramento ou implementação de novas tecnologias sustentáveis.

- Fortalecer as políticas de incentivo a agroecologia e difundir práticas mais sustentáveis no campo.

16. CIDADES

Em geral relacionamos a expansão da cidade com aumento da população. Como a explosão demográfica que ocorreu no país e em Sergipe nas últimas décadas foi acompanhada por importantes transformações econômicas e sociais, consolidou-se a percepção de que cidade mais populosa, cidade que se expande, é cidade progressista, porém da mesma forma são as cidades que apresentaram as maiores contradições, num evidente reflexo a desordenação de seu crescimento, de sua distribuição de renda e ineficiência na oferta dos serviços públicos.

Ao compreendermos o estado brasileiro como uma grande empresa de serviços – educação, saúde, segurança, assistência – percebemos que aqueles que

gerem esse estado tem falhado em cumprir com os seus objetivos e muito dessa falência tem relação com a forma de organização do próprio estado. A União com o passar do tempo aumentou sua centralização e limitou a atuação dos estados e municípios, que são que aqueles efetivamente oferecem os serviços de saúde, segurança e saúde na ponta.

Essa situação é evidente nos artigos 21 e 22 de nossa constituição, há uma clara centralidade das competências em torno da União. A consequência dessa centralidade das competências é uma estrutura tributária igualmente centralizada, pois os municípios que possuem grande responsabilidade com a educação básica, atendimento básico de saúde e de atendimento às demandas do saneamento básico são os que menos arrecadam e ficam dependentes dos repasses federais e de emendas parlamentares.

O modelo de União centralizada favorece a prática da política patrimonialista e obriga os gestores municipais à peregrinação nos gabinetes da capital federal e dos órgãos estaduais garimpando recursos para o seu município. É preciso dar um fim ao modelo centralizado exercido pela União e promover uma aliança republicana entre estados e municípios.



OBJETIVO GERAL

Estabelecer com os prefeitos uma relação republicana que fortaleça a luta pela revisão do pacto federativo, superando as diferenças políticas partidárias e somando esforços para a realização dos serviços necessários à população.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Garantir que as decisões de governo sejam tomadas de forma impessoal e independente dos contextos de disputa partidária.
- Criar um ambiente de cooperação com os municípios para a solução dos problemas da população
- Fortalecer a luta por um municipalismo resolutivo, por meio da luta de revisão pacto federativo.

COMO FAZER...?

- Criação de gabinetes intersetoriais de cooperação.
- Criação de mecanismos de interação e cooperação entre o estado e os municípios.
- Promoção de ações articuladas e integradoras com os municípios e a população.

17. MEIO AMBIENTE

A caatinga é o único bioma exclusivamente Brasileiro, ele pega todos os estados do Nordeste e o norte de Minas e tem mais ou menos uma área em torno de 850.000 km², o que corresponde a 10% do território nacional. Cerca de 50% do Estado de Sergipe é composto pelo Bioma Caatinga; a outra metade é composta pelo Bioma Mata Atlântica. A situação desses dois Biomas no Estado é bem preocupante: a mata nativa remanescente, ou o que sobrou de Mata Atlântica “em pé” corresponde a apenas 7% da vegetação nativa original deste Bioma em Sergipe. Quanto ao Bioma Caatinga, apesar de mais preservada (com uma vegetação remanescente em torno de 25%), vem sofrendo muito com desmatamentos, queimadas e outros crimes ambientais. Atualmente, cerca de 30% da matriz energética de Sergipe, vem da lenha e carvão da Caatinga!

Segundo dados do Diagnóstico Florestal de Sergipe, o Estado hoje possui menos de 11% de mata nativa remanescente. De acordo com Organização das Nações Unidas (ONU), o mínimo admissível seria 20%. O estado de Sergipe está “Careca”, bastante



desmatado. As pouquíssimas áreas preservadas que existem em Sergipe são muito mal administradas: prática de muitos crimes ambientais dentro das Unidades de Conservação, ausência de funcionários capacitados, recursos ínfimos para a gestão são exemplos desta realidade brutal com a biodiversidade sergipana.

Na Caatinga se desmata muito para fazer pasto para o rebanho bovino principalmente e não se aproveita o potencial forrageiro da Caatinga. O desafio é a disseminação de práticas extensionistas no semiárido que trabalhe a Conservação da Caatinga com a alimentação do rebanho, mantendo o animal alimentado e a Caatinga em pé. Isso é possível, pois existe pesquisas e iniciativas em regiões do semiárido pelo nordeste como no Ceará e Pernambuco

Sergipe é um estado com um potencial hídrico abundante, possui as bacias hidrográficas do São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Vaza Barris, Piauí e Real e os

principais problemas encontrados são os esgotos despejados diretamente nos rios, o desmatamento da mata ciliar e destruição das nascentes.

O tratamento e destinação de resíduos sólidos (lixo) e dos esgotos ainda é um grande problema para todos os municípios sergipanos e o Estado precisa cobrar e fiscalizar e incentivar novas tecnologias de tratamento de resíduos.

OBJETIVO GERAL

Promover uma gestão pública ambiental que concilie o desenvolvimento econômico, humanos e social com a preservação do meio ambiente, por meio da promoção de políticas públicas participativas e articuladas com os diversos setores do governo e da sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Garantir a implementação de uma gestão ambiental participativa e eficiente
- Diminuir os índices de desmatamento e degradação das matas ciliares dos rios que compõem nossas bacias hidrográficas.
- Fortalecer o Manejo Florestal.
- Fortalecer iniciativas de convivência com o semiárido e o combate à desertificação: iniciativas socioambientais como o reflorestamento de nascentes e cursos d'água

disseminação de cisternas de placas, bioágua (reaproveitamento da água).

- Promover uma educação ambiental de qualidade e que proporcione aos estudantes uma nova compreensão a respeito da relação homem/meio ambiente.

COMO FAZER...?

- Maior transparência e controle da gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNERH e do Fundo Estadual de Meio Ambiente – FUNDEMA.
- Incentivo a parcerias junto a iniciativa privada onde as empresas patrocinem ações ambientais .
- Criação de Unidades de Conservação e fortalecer a gestão das já existentes;
- Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): incentivo ao proprietário rural que cumpre seu papel de Conservação da natureza com o objetivo de proteger as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal em suas propriedades.
- Implementação do ICMS Ecológico.
- Uma política de licenciamento ambiental técnica e eficiente;
- Incentivo as cooperativas de reciclagens e empreendimentos para o desenvolvimento de novas tecnologias para o tratamento de resíduos sólidos;
- Fortalecimento da fiscalização e licenciamento ambiental e reestruturação da ADEMA com concurso publico especifico;
- Fortalecimento de políticas públicas de combate à desertificação,
- Fortalecimento dos instrumentos democráticos de gestão, como os comitês de bacias hidrográficas e os conselhos gestores de unidades de conservação
- Promoção de ações estratégicas para aumentar o numero de residências com ligação a rede de coleta de esgoto, auxiliando os municípios em todo o Estado na implementação dos projetos e captação de recursos para ampliar as estações de tratamento evitando a contaminação do solo e dos rios.
- Promoção e incentivo a uma politica pública para o reuso da água.
- Criação de um Centro de Triagem de Animais Silvestres onde atualmente funciona o Zoológico do Parque da Cidade em articulação com projetos de educação ambiental na promoção do respeito à fauna silvestre e urbana.



- Realização de um programa de castração como estratégia de Controle Populacional de Animais nos municípios do estado como medida preventiva contra as zoonoses.
- Criação da Secretaria Especial de Defesa Animal vinculada a Secretaria de Meio Ambiente.
- Criação do parque intermunicipal do Rio Poxim na zona metropolitana.

18. INOVAÇÃO

Sergipe com seus 2,22 milhões de habitantes tem a oportunidade de utilizar a tecnologia e a inovação a seu favor e gerar soluções eficientes. Existem movimentos na atualidade que incentivam a população a ser protagonista de suas vidas e a empreender. Ecossistemas de empreendedorismo digital tem surgido como uma mola propulsora de desenvolvimento em todos os lugares do mundo. O nordeste não fica atrás, temos em Aracaju o CajuValley* que tem buscado fomentar esse mercado tão sedento de soluções criativas e inovadoras para os diversos problemas da sociedade.

As frentes de ciências, tecnologia e informação infelizmente não têm recebido dos gestores públicos a devida prioridade no estado de Sergipe. A tecnologia torna possível que diversas frentes de desenvolvimento do estado sejam atendidas de maneira mais criativa, rápida e segura.

Uma das maiores demonstrações que Sergipe não trata o tema Ciência, Tecnologia e Inovação como deveria, é demonstrado através da má gestão dos recursos como observa-se com o Sergipetec – Parque tecnológico de Sergipe, assim como no armazenamento dos dados da gestão pública que deveriam ser de domínio público e estar disponíveis em tempo hábil para a população e demais órgãos que necessitem das mesmas, seja para tomada de decisão, fiscalização ou planejamento.

Sem a tecnologia não existe desenvolvimento. As TIC's (Tecnologia da informação e comunicação) são elementos transversais para interconectar e melhorar a eficiência de todos os serviços que participam do dia a dia dos estados. Oferecer à população internet de qualidade, expandir sistemas de geoinformações e apostar nessas tecnologias é investir em um futuro melhor.

OBJETIVO GERAL

Ser instrumento de viabilização dos diversos projetos que necessitem de visão científica, tecnológica e inovadora dos eixos apresentados nesse plano de governo, tornando



SERGIPE um Estado moderno e inovador, utilizando recursos e tecnologias com custo benefício praticáveis dentro da nossa realidade orçamentária e melhores práticas de mercado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- disponibilizar metodologias e ferramentas tecnológicas modernas e aplicáveis a uma gestão produtiva, sustentável e transparente;
- Desenvolver uma perspectiva para o empreendedorismo digital no longo prazo para o Estado;
- tornar os cidadãos sergipanos inclusos digitalmente, e não apenas consumidores de tecnologias, mas também produtores globais.
- Convocar todos os setores de empreendedorismo, futurismo, educação tecnológica e inovação para a participação efetiva no desenvolvimento de soluções criativas para os problemas do estado.
- Promover a cooperação e as parcerias entre os ecossistemas municipais, estaduais, nacionais e mundiais para o desenvolvimento de um polo híbrido e criativo no Estado que objetive inovação, empreendedorismo, cultura e futurismo.

COMO FAZER...?

- Reestruturação da SEDETEC, por meio do desmembramento da pasta de Ciência Tecnologia e Inovação.
- Revisando e fazendo cumprir a lei 6.794 – que dispõe sobre medidas de incentivo à inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no estado de Sergipe.
- BUS LAB - Ônibus equipado com computadores, internet de qualidade, professores empreendedores que levarão a todos os pontos do estado o ensino da programação de aplicativos, programas e tecnologias diversas.
- Adotar metodologias de gestão de projetos internacionais na esfera pública é um desafio na mudança do mind set do funcionalismo público.
- Implantação de um Banco de Dados Digital Estadual Integrado, utilizando-se de big data e inteligência artificial na mineração dos dados visando planejamentos e políticas públicas eficazes.
- Criação de um Banco de Talentos. o TAlent Gov será um banco de talentos para que todos os colaboradores do estado (servidores e comissionados) possam cadastrar e tornar pública sua formação, projetos e entregas.



- Ampliação do acesso à internet em banda larga no estado.
- Criação de Fábricas de Aplicativos utilizando a estrutura existente do SergipeTec.
- Implementação de ferramentas de Geolocalização, para o auxílio de elaboração das políticas públicas de estado.
- Firmar parcerias com o setor privado para elaboração e execução de projetos de inovação no estado.
- Criação de ferramenta que permita o cidadão fiscalizar os diversos projetos e serviços contratados e geridos pelo estado, um aplicativo onde possa estar armazenadas todas as contratações feitas e que são disponibilizadas no diário oficial

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este programa não chegou ao final, pois o sonho dos sergipanos não caberá em algumas dezenas de páginas. Muito menos a mudança encerra sua dimensão da disputa eleitoral, a mudança é um processo constante e necessita da colaboração de todos.

A REDE não propõe um programa inflexível, pelo contrário, sabemos que ainda há muito a ser sonhado e planejado para retirar Sergipe do atraso. Por isso, queremos fazer mais uma vez o convite a sociedade sergipana, estamos abertos a sugestões e a uma construção coletiva permanente, colabore com suas dúvidas, sugestões e críticas ao programa. Queremos SERGIPE PARA OS SERGIPANOS e cada um de nós possui papel fundamental no processo de construção da mudança.